

## FLASHBACK DOS ARQUIVOS DO DN E DO JN

POR RICARDO J. RODRIGUES



# AS FÉRIAS SEGUNDO O REGIME

As colónias balneares infantis institucionalizaram o país a banhos e deram oportunidade às crianças mais pobres de fazerem férias. O Estado Novo expandiu-as e tornou-as a imagem de marca da política de recreio salazarista.

Os chapéus de palha eram obrigatórios, bem como as meias até aos joelhos. Nesta imagem vemos 400 raparigas lisboetas a partirem para a Colónia de Férias de Lousa, perto de Loures. Foi publicada no *Diário de Notícias* a 25 de julho de 1947. «A partida efetuou-se perto das 10h30 da Praça do Marquês de Pombal em camionetas da PSP e no meio de grande entusiasmo tanto das pequenitas como das suas famílias que ali as acompanharam e assistiram à partida. Foi estada de 15 dias, com incursões à praia, atividades no campo, refeições garantidas para quem guardava estômago vazio. Chegava o verão e era esse o rumo de milhares de crianças portuguesas, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial.

As colónias balneares e de férias constituíram uma das mais bem-sucedidas operações de charme do Estado Novo. A primeira de todas abriu portas no início da ditadura, em 1927. Pela mão de João Pereira da Rosa e com o apoio financeiro do jornal que dirigia, *O Século*, acolhia em São Pedro do Estoril gaiatagem de todo o país. Até 1943, os custos eram suportados na íntegra pelo jornal, com a ajuda de donativos. Depois abriram-se as portas da Feira Popular, para ajudar a custear a iniciativa. A institucionalização das Casas do Povo, o estabelecimento dos sindicatos e da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (atual INATEL) serviram para expandir as colónias, regular as férias,

doutrinar o tempo livre. E o grande impulsionador da iniciativa foi Fernando Bissaya-Barreto, médico de Coimbra contemporâneo de Salazar, homem que desenvolveu uma boa fatia das políticas sociais e de saúde do regime. Segundo o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, as colónias são a peça-chave do uso massificado da praia, até então reservada às classes abastadas para uso recreativo. «Universalizar o recreio permitiu a moldagem pelo centralismo doutrinário, baseado nos bons costumes da moral católica e de um certo génio de raça», lê-se num ensaio do sociólogo Elísio Estanque sobre *A Produção do Consentimento no Estado Novo*. ●